

Diário do Legislativo de 09/06/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR-PP)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PcdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PcdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PcdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
Deputado Paulo Guedes	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ademir Lucas	BSD	
Deputado Wander Borges	BPS	

Deputado PDT
Doutor
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PMDB-PT-PcdoB

Deputada Maria Tereza PMDB-PT-PcdoB
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PcdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho
Araújo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Getúlio
Neiva

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Marcus
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PcdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente

Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Agostinho
Patrus Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD

Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PcdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado BSD
Luiz Humberto Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir Paraca

Deputado BSD
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PcdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente

Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Gil Pereira

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria Tereza Lara

Deputado BPS
Rômulo Veneroso

Deputado PDT
Tenente Lúcio

Deputado BSD
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PcdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reís BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PMDB-PT-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Marcus Pestana BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PcdoB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado Quintão André PMDB-PT-PcdoB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma
Diniz

Deputado BSD
Marcus
Pestana

Deputado BSD
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD
Luiz Humberto Carneiro

Deputado PRB
Gilberto Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado Durval PMDB-PT-PcdoB
Ângelo

Deputado Dimas DEM
Fabiano

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 32ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/6/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Padre João; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; declarações de voto; questão de ordem; declaração de voto; questão de ordem; declarações de voto; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.858/2009 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário, e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, pela ordem. Primeiramente quero registrar meu voto favorável, que não foi computado.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram apenas 29 Deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas o há para a discussão das demais matérias constantes na pauta. A Presidência torna a votação sem efeito.

Declarações de Voto

O Deputado Gil Pereira - Estou muito triste, Sr. Presidente, porque infelizmente o Norte de Minas está sofrido, e não estamos tendo oportunidade de resgatá-lo votando um projeto. O Projeto de Lei nº 4.057 não é do Deputado Gil Pereira, é da bancada do Norte de Minas e de todos os Deputados desta Casa, que sabem que o Norte de Minas precisa ter equidade com o Sul, com o Triângulo, com a Zona da Mata, com a região central, com todas as regiões. Todo o mundo diz que defenderá a pobreza, que ajudará o pobre, o social, mas, quando aparece a oportunidade de um entendimento para a votação, infelizmente não falam da tribuna e não vêm aqui para a prática. Estou muito triste. Falo

pouco, não gosto de falar, mas sim de votar os projetos bons que esta Casa produz, principalmente dos Deputados comprometidos com o social, porém estou extremamente triste. Defendem o Norte de Minas da tribuna e, aqui, dificultam o entendimento para a votação. Estou muito triste. É a terceira semana que estamos com o nosso projeto em regime de urgência, o qual passou por todas as comissões, que são favoráveis, é unanimidade de todos os partidos, mas infelizmente não é votado. Registro aqui o meu protesto e a minha decepção, porque o discurso é um, mas na prática a coisa não vai para frente. Digo ao povo do Norte de Minas que, infelizmente, teremos de esperar para a semana que vem a boa-vontade de quem faz discurso em prol do Norte de Minas, para a equidade do Norte de Minas. Na hora da prática, a votação não acontece. Quero agradecer a V. Exa. e dizer da minha tristeza em não estar votando o Projeto de Lei nº 4.057, que não é da minha autoria, e sim dos Deputados do Norte de Minas e do povo daquela região sofrida, que espera isso ser resolvido. Com esse projeto, haverá mais emprego e mais desenvolvimento para a nossa região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, concordo com o Deputado Gil Pereira em que, quando há alguma matéria de interesse do Norte do Estado, há um esvaziamento do Plenário. Denunciei isso, Deputado Gil Pereira, na votação do ICMS Solidário, que ajudava o Norte de Minas, mas esta Casa transformou-o num projeto que virou nada, só entrará em vigor em 2011, para redistribuir o nada. É dessa forma. Sempre que há algo para prestigiar a região, acontece isso. Então quero aqui, Deputado Gil Pereira, ser solidário a você e cobrar do governo. O governo fez um acordo, o Anastasia esteve na região, anunciou, abriu compromisso. A indústria da multa continua solta no Norte de Minas, com o IEF e o DER multando, perdendo investimentos, acabando com a esperança de nosso povo. Fizemos aqui um acordo, a bancada do Norte toda a favor da aprovação do projeto, de autoria de nosso colega Deputado Gil Pereira. Estamos, há mais de duas semanas, tentando votar o projeto, e nunca há quórum. A bancada da Oposição está aqui, mas cadê a bancada do Governador? Cadê os Deputados do governo? Fica parecendo que o governo faz um discurso para fora e outro para dentro. Do jeito que anda, é perigoso chegarmos ao recesso parlamentar, e esse processo não está aprovado ainda. Precisamos cobrar mesmo. Há até um pedido feito há anos, o licenciamento ambiental da Barragem de Berizal, que a burocracia não concede. Perdemos R\$150.000.000,00 nos últimos cinco anos, por falta de licenciamento dessa barragem, e agora, depois que tudo foi refeito, gastando milhões de reais para fazer novos projetos, o IEF e a Supram Norte enrolam, há burocracia, pedem um documento, pedem outro, pedem o fim do mundo. Até quando o Norte de Minas ficará nessa situação, perdendo investimentos e obras importantes, como a Barragem de Berizal, de Congonhas, Calindó, em Manga, e a de Guarda-Mor, em Januária, que estão emperradas nos órgãos de meio ambiente? Todas com problema ambiental. No entanto não vejo o rigor do meio ambiente contra os empreendimentos que vão para o Triângulo, como também não vi ninguém pedir licenciamento ambiental para fazer a Cidade Administrativa. Pelo visto, quando há interesse do governo, o meio ambiente anda. Mas as coisas do Norte de Minas não estão andando. Portanto, Deputado Doutor Viana, fica aqui nosso protesto contra a inércia que há nesta Casa, liderada pelo governo. Os Deputados de Oposição estão aqui colaborando. Na verdade, sempre colaboramos com o governo; aliás, no final do ano passado, em projetos importantes, na votação do Orçamento e na votação de vários projetos do governo. O governo é que não está cumprindo. Ele não cumpriu no que se refere a nossas emendas, por isso está na hora de ele tomar atitude, porque esta região não pode continuar na situação em que está. Esperamos atitude séria do governo do Estado. Quando ele quer, esta Casa está cheia. O governo tem de mostrar que o Norte de Minas também existe, que lá também há gente e voto. Estamos de olho, Sr. Governador, está na hora de agir. Temos de aprovar esse projeto, pois os produtores do Norte de Minas estão atentos, a cada hora, a cada minuto, para as atitudes de V. Exa. e da Secretaria de Meio Ambiente. Os produtores do Norte de Minas não serão mais enganados.

O Deputado Arlen Santiago - Teremos de plagiar aqui Rui Barbosa, de tanto ver prosperar a novidade, de tanto ver a injustiça, e sou obrigado a ouvir esse discurso feito antes de mim. Hoje vimos aqui que havia, na Casa, projeto acordado para ser votado, mas o bloco de Oposição pediu a verificação de quórum. É direito, é regimental, pois tem de haver quórum para votar. Agora, quando a matéria é de consenso, mesmo se esse quórum não existir, não se pede a verificação dele, pois as matérias que são votadas e aprovadas passam a valer. Acontece que o Bloco PT-PMDB-PCdoB pediu a verificação de quórum, o que impediu claramente a votação, e usou o Regimento Interno contra o povo do Norte de Minas. Na última reunião, o Deputado Lafayette de Andrada estava preocupado e queria fazer obstrução. Naquele momento, conversei com ele e falei sobre a importância de terminarmos a discussão desse projeto, pelo qual lutamos há muito tempo. O projeto da mata seca foi criado pelo Decreto nº 6.660, do governo federal, que equiparou a mata atlântica à mata seca, criando, assim, esse absurdo. Além disso, o mapa foi feito pelo IBGE, que também é do governo federal, que mudou o mapa de biomas, porque antigamente era mapa da caatinga. Então, é mais ou menos o mesmo caso do aumento dos aposentados. Aqui se cria o maior trauma quando vemos que uma categoria recebe 10% ou 15%. O Congresso vota aumento para os aposentados do Brasil inteiro... O Deputado Padre João foi quem apresentou este requerimento a que votamos favoravelmente, mas ele mesmo não votou no requerimento dele para que o quórum fosse menor. Essa atitude é frequente. Essa é uma atitude frequente. Vimos o Senador Paulo Paim, que luta pelos aposentados, ter a mesma atitude. Ele defende os aposentados, e o governo federal é contra o aumento para os aposentados. Eles não terão coragem de votar os 7,7%, mas irão votar o Fator Previdenciário. Estou discutindo o voto favorável que demos ao requerimento do Padre João que nem ele votou. Ontem vimos a candidata do PT dizer que será preciso aumentar a idade do pessoal. E o Paulo Bernardes teve de explicar o que é isso de aumentar a idade: trata-se de uma reforma da Previdência para que o velhinho continue, por mais 10 anos, contribuindo para a Previdência. O próprio requerimento do Padre João não foi votado por ele, porque o PT e o PCdoB não queriam dar quórum para esse projeto, que poderia ter sido votado, se não tivesse sido pedida a verificação de votação. É isso que todos têm de entender. Queremos a votação do requerimento e, inocentemente, votamos favoravelmente ao requerimento do companheiro Padre João. O que é isso? É um falando no Norte que está de acordo, e os outros tentando fazer obstrução. Quando o Lafayette de Andrada começaria com a obstrução, pedimos que não o fizesse, porque era o nosso projeto, o projeto do Norte do Minas. Então ele não obstruiu. E agora vamos usar o Regimento Interno contra os produtores e trabalhadores rurais do Norte de Minas.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Arlen Santiago que só não computou a presença do Deputado Padre João na verificação de votação do requerimento, como está previsto no Regimento Interno, porque houve apenas 29 votos e o quórum necessário para tornar a votação válida é de 39 votos.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, embora o assunto seja genérico, uma vez que estamos vendo o Paulo Guedes atribuir a falta de quórum ao governo e, quando foi fazer a defesa, V. Exa. entendeu que estaria fora do Regimento Interno, penso que é preciso um consenso. Não pode haver duas medidas. Gostaria de dizer que lamento o que estamos vendo hoje. Não quero entrar na questão da solicitação de verificação feita pelo companheiro, Deputado Carlin Moura, a quem admiro muito e que, certamente é um guardião do Regimento Interno, mas repito que lamento muito. Chegamos a um consenso, e parece que não há contraponto em relação a essa matéria. Ela foi amplamente discutida e construída a duras penas com a Advocacia-Geral do Estado, foi construída com muita dificuldade com os companheiros que apoiam este governo e com os que não o apoiam, porque é uma matéria suprapartidária. Somente quem tem tido a oportunidade de andar pelo Norte de Minas e conversar com os produtores rurais tem esse sentimento. Parece que o alívio é geral. O pessoal está sentindo que houve uma tomada de posição muito firme por parte da Assembleia Legislativa. A verdade é que grande parte deste governo não queria esse projeto. As pessoas alegam que o projeto é inconstitucional, que fere a lei maior, a lei federal. Está difícil, Sr. Presidente. Escutamos todas as pessoas. Essa conversa lá atrás... É assim mesmo. Aqui dizem o que querem, mas, quando precisam escutar um pouquinho, não o fazem. A verdade é essa. Esse projeto foi construído com muita dificuldade. Lutamos até contra... V. Exa. quer falar aqui? Eu o escutei com toda a calma. Tivemos muita dificuldade até com pessoas do governo. O sentimento é esse. O povo norte-mineiro espera uma posição da Assembleia de Minas. Por várias vezes, já votamos aqui projetos em que o quórum não foi questionado. Houve um consenso. Estamos diante de uma semana anormal, que tem um feriado na quinta-feira. Ninguém virá aqui. A partir de amanhã, esta Casa estará absolutamente deserta. Só teremos perspectiva de votar esse projeto a partir da próxima semana. Estamos prorrogando demais, o que causa muita ansiedade aos companheiros. Gostaria de fazer um apelo. Vim hoje de Montes Claros com o objetivo de estar nesta Casa, realizando o meu trabalho, focado nesse projeto, a fim de votá-lo e dar boas notícias ao povo do Norte de Minas. Esse projeto resolverá algumas questões. Houve concessão por parte do governo. Podemos avançar aqui hoje.

Questão de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Gostaria de pedir a V. Exa. que, após a fala do colega, Deputado Carlin Moura, interrompesse nossa reunião por 5 minutos, a fim de verificar se podemos chegar a um consenso e votar o projeto ainda hoje. Não há nenhum projeto polêmico do governo. Os projetos são absolutamente passíveis de ser votados nesta noite. Para tanto, basta entendimentos, basta boa-vontade, para que haja resposta a um sofrimento que se prorroga há tantos anos. O desemprego está presente no Norte de Minas. Há aquele sentimento das pessoas que nos

pedem, pelo amor de Deus, que votemos o projeto e coloquemos um ponto final na dificuldade pela qual estão passando. Anteontem estive em Janaúba, com o Governador do Estado, participando de um grande evento que envolvia a classe rural. O sentimento era o mesmo. Sr. Presidente, após minha fala, depois de ouvirmos os companheiros que quiserem manifestar-se, poderíamos interromper esta reunião, por um ou dois minutos, para tentarmos um consenso. Se não houver o consenso, que deixemos a votação para a próxima semana. Fica aqui o apelo dramático do Deputado Gil Pereira, assim como o meu e o do Deputado Padre João, grande companheiro e pessoa a quem muito admiro. Também há o apelo dos Deputados Carlin Moura e Adelmo Carneiro Leão. Não proponho fazermos vistas grossas, mas construir um consenso, uma pauta para esta noite, de forma a dar a grande resposta ao trabalhador norte-mineiro, que espera uma posição desta Casa há tantos e tantos meses. Muito obrigado.

Declaração de Voto

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, para não restar dúvida alguma, nosso Bloco PT-PMDB-PCdoB tem absoluta consciência da importância dos projetos que estão na pauta aqui hoje. Nosso Bloco está aqui presente, como sempre estamos presentes e votando. O pedido de inversão de pauta do nosso Líder, Deputado Padre João, foi no sentido de priorizar projeto que diz respeito ao Fundo Estadual de Habitação. Pedimos que a discussão fosse antecipada porque é projeto importantíssimo para o povo de Minas Gerais. Agora, é fundamental restabelecer a verdade dos fatos. Esta Casa é composta de 77 Deputados. Qualquer votação em Plenário precisa ter, pelo menos, 39 Deputados. Nesta noite, estão presentes somente 28 Deputados, Sr. Presidente, e, diga-se de passagem, 15 deles são do Bloco de Oposição PT-PMDB-PCdoB. Estamos aqui para votar o projeto. Causa-me estranheza este tipo de argumento, e ele nem sequer pode ser levado a sério. Quando se aventa, no microfone da Assembleia Legislativa, a possibilidade de rasgar o Regimento Interno da Casa, está-se fazendo desserviço à democracia. Consideramos fundamental votar o projeto da mata seca, que é muito importante para o Norte de Minas. Nosso Bloco está fechado favoravelmente ao projeto, e o votaremos na hora em que for colocado em pauta. Queremos votar o projeto; entretanto não podemos abrir brechas para inseguranças jurídicas, pois há muitos inimigos do Norte de Minas aqui. Corremos o risco, ao votar projeto sem quórum, de declararem a nulidade da votação lá na frente. Não compactuamos com isso. Queremos votar o projeto e estamos aqui para isso, mas é preciso que os Deputados estejam presentes. Eles são remunerados para isso. Não se admite nenhum argumento de não estarem aqui para votar, pois o Norte de Minas está precisando que o projeto seja votado. Não mudaremos o assunto aqui. O concreto é que, de 77 Deputados, apenas 28 estão presentes, e o Norte de Minas cobrará esta fatura dos Deputados que não estão aqui. Esse é o fato. Essa é a realidade. Ou não querem votar a favor do Norte de Minas? Ou não querem votar a favor da modificação da legislação para deixar o produtor rural trabalhar lá na mata seca? Essa é a realidade. O PT, o PMDB e o PCdoB estão aqui cumprindo sua função institucional. Muito nos preocupa, em plena terça-feira à noite, não haver Deputados aqui. O que está acontecendo? Será que os Deputados estão insatisfeitos, porque o Governador do Estado não está pagando as emendas parlamentares? Será que nenhum Deputado aqui está recebendo emenda parlamentar, por isso está insatisfeito, boicotando o Plenário da Casa? Se for assim, o Governador Anastasia tem de repensar sua posição. Ou será o contrário, Sr. Presidente? Será que a base governista recebeu tantas emendas que não está tendo tempo de vir aqui para votar, já que tem de distribuí-las em suas bases? Esse é o questionamento. De repente, estão com emendas demais, pois a Oposição não recebeu emendas, teve suas emendas vetadas. Estamos aqui para votar. De repente, a Situação está recebendo emendas demais e precisa de tempo para distribuí-las pelo Estado afora. Ou, então, não está recebendo emenda alguma e quer dar recado para o governo. Mas, pelo amor de Deus, isso não pode ser feito em cima da responsabilidade de estar aqui para votar. Estamos aqui para votar, assim como sempre estivemos. Sempre votamos a favor de Minas Gerais. Sempre votamos todos os projetos que consideramos benéficos ao povo de Minas. Estamos aqui para votar o projeto da mata seca e o do fundo estadual de habitação. Agora, com 28 Deputados, não votamos, pois, se votarmos, correremos o risco de anularem lá na frente, e não compactuamos com essa ilegalidade. Estamos aqui para defender a votação e o Regimento da Casa. Esperaremos o Deputado Padre João falar e estaremos satisfeitos. Estamos aqui para votar.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Em um primeiro momento, votei. Só não votei na verificação. Sr. Presidente, é importante dizer que o requerimento que apresentamos era no sentido da inversão dos projetos que estão em discussão. Os projetos que estão em votação permaneceriam. Agora foi constatado aqui que não havia quórum para votação. Isso é o que foi verificado. Na semana passada, foi negado à Oposição usar a palavra aqui. Foi negada a tribuna no momento sagrado do pinga-fogo. Foi pedido o encerramento da reunião porque não havia quórum. Nesta Casa, não é prática pedir o encerramento no período da tarde, nas reuniões ordinárias. Isso é o que foi constatado. Então, se é negado o debate, a discussão, a fala, ora, pior é votar sem quórum, como o Deputado Carlin Moura muito bem disse, o que pode invalidar a votação. Posteriormente, qualquer segmento ambientalista pode entrar com pedido para tornar nula, sem efeito a votação. Queremos votar. O requerimento antecipava a discussão do Projeto de Lei nº 3.858, que cria o fundo estadual de habitação, antecipando a discussão desse projeto. Queremos votar, porque são projetos importantes, sim. Agora, mais importante é a presença dos Deputados. Na verdade, quando se trata de mata seca, sobre o discurso que me antecedeu, vejam bem, o IEF tem o amparo legal para autorizar o desmate, sobretudo nas áreas de assentamento. Na área do Jaíba, existe amparo legal. O que falta é decisão do governo, é vontade do governo. Isso é o que falta. Nunca há impedimento pleno para desmate de mata atlântica nem de mata seca. Vamos a Congonhas, a Jeceaba, onde está sendo desmatada a mata atlântica. Mas qual é o interesse? Há grande empresa que está se instalando. Vamos a Laranjal, por exemplo, há usina hidrelétrica. V. Exa. mesmo, Presidente, é testemunha, porque participou quando houve autorização aqui para o corte do pequi na região de Sete Lagoas. Isso aconteceu porque está lá grande empresa. Deputado Gil Pereira, na verdade, o que falta neste governo é compromisso com os pobres, com os menos favorecidos, com quem está lá abaixo da lona, há 8 ou 10 anos. Sim. Sou capaz de citar aqui D. Domingas, na Fazenda dos Padres, área que foi desapropriada pelo Incra para reforma agrária. Houve desapropriação, mas não há licença do IEF para desmate. Foram assentadas as famílias. Portanto, nessa área que é para 80 famílias, o IEF está autorizando agora, em vez de 80 famílias, que lá sejam assentadas apenas 8 famílias. Então falta decisão do governo. No dia em que tivermos governo do Estado voltado para os pobres, aí sim resolveremos essa situação de mata seca, de mata atlântica, de qualidade de vida, de fato, para o ser humano. Agora, há autorização de corte de mata atlântica. Quando o Copam não consegue a licença, o Secretário de Estado dá a licença "ad referendum" e atropela todos os pareceres técnicos da Feam. Garante a licença de instalação de grandes empreendimentos neste Estado, mas não permite o assentamento de famílias que estão lutando para serem agricultores familiares. Muito obrigado.

Declarações de Voto

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, o que foi dito aqui não condiz com a realidade. Desde 1980, o Norte de Minas não via uma estrada ser asfaltada, mas o atual governo asfaltou praticamente todas as estradas daquela região. Sabemos que, sem estrada asfaltada, investimentos não chegam, o progresso não chega. Na Secretaria de Saúde, a cada R\$1,00 destinado a outras regiões, R\$3,00 foram para o Norte de Minas, com o objetivo de buscar igualdade. Sobre os assentamentos, devemos observar que o Incra não está repassando o devido aos assentados. Em Várzea da Palma, por exemplo, há assentamentos que estão ao deus-dará. Esse projeto da mata seca é importante para a nossa região, é importante para o produtor rural, porque nós, do Norte de Minas, temos a economia baseada nos setores primário e terciário. A agropecuária precisa desse projeto aprovado. Em nome de toda a bancada do Norte de Minas, solicito que, na próxima reunião, a Casa coloque todos os Deputados aqui para que possamos votar. Deputado Gil Pereira, o meu projeto de criar o Dia das Gerais ficou na pauta das reuniões desta Casa por mais de um mês e, como não conseguimos votá-lo, o retiramos. Assim como o Governador Aécio Neves e o Governador Anastasia têm carinho, compromisso e responsabilidade em promover mudanças no Norte de Minas, esta Casa também deve assumir a sua responsabilidade com essa região e colocar todos aqui para votar. Estamos aqui para votar; temos compromisso com o nosso povo. Muitos buscam voto em nossa região, mas não estão aqui para votar o desenvolvimento e o progresso do Norte de Minas. Então, quero que todos os telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia analisem bem quem está buscando votos no Norte de Minas, mas não está aqui para votar o projeto, porque precisamos contar com Deputados comprometidos com o nosso povo e com o desenvolvimento da nossa região, como o Governador Anastasia está. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Ouso dizer que, embora não faça campanha no Norte de Minas nem lá vá buscar votos, por causa da minha luta e do meu trabalho nesta Casa, Deputada Ana Maria Resende, também mereço os votos do Norte de Minas e os receberei com muito

prazer, com muita satisfação. Sou Deputado do Estado. Não estou tratando aqui de uma região. Não temos que tratar a questão da mata seca porque é do Norte de Minas: temos que tratá-la porque é uma questão ambiental séria e importante. Por isso mesmo foi apresentada aqui pelos nossos colegas Deputados a preocupação de que essa votação não se faça de maneira diminuta, aquém do que deve e aquém do dever dos parlamentares. Assim, não tenho nenhum constrangimento em merecer os votos de Minas pelo que faço pelo nosso Estado. Estamos aqui para isso; estamos aqui para discutir um tema de mais alta relevância. E é importante refletirmos, neste momento, sobre os dados mais recentes que mostram e demonstram que Minas tem sido um dos Estados que mais provoca desmatamento no Brasil. Devemos cuidar não só do desmate, não só de criar e oferecer condições para que os trabalhadores tenham espaço de trabalho no Norte de Minas e em todas as outras regiões, mas também para que este Estado seja o espaço de acolhimento permanente do nosso tempo e das próximas gerações.

Questão de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Considerando a importância deste debate, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, e não havendo número suficiente nem para continuarmos a sua discussão, solicito a V. Exa. que encerre, de plano, os nossos trabalhos. Espero que - e esse foi o clamor de todos os Deputados que me antecederam - possamos ter, na próximas reuniões, número suficiente não só para votar, mas também para refletir sobre os grandes desafios a serem enfrentados por Minas. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de amanhã, dia 2, às 9 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 2, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Marcus Pestana (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlin Moura e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o monopólio do Banco do Brasil na concessão de empréstimos consignados a servidores públicos em Minas Gerais e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Eduardo Antônio Codos Santos, Assessor Especial do Secretário de Estado de Fazenda, Simão Cirineu Dias; Caio de Carvalho Pereira, Assessor-Chefe da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Maria Paes de Vilhena; José Antônio Baêta de Melo Cançado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Edson Antenor Lima Paula, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Moisés Melo, Presidente da Associação dos Contribuintes do Ipsemg, representando o Presidente da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil - UNSP-MG -, Sebastião Soares da Silva; Cláudio Márcio Braga Vilaça, Presidente da Associação dos Jornalistas do Serviço Público - AJOSP -; e Daniel Kaltembach, membro da Associação Brasileira dos Bancos - ABBC -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (2) em que solicita sejam realizadas audiências públicas com a finalidade de debater o término da vigência do convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Loteria do Estado de Minas Gerais que permitia a comercialização dos jogos da Loteria Mineira; e a nova legislação tributária do Município de Brumadinho, que alterou a base de cálculo e as alíquotas do IPTU; Adalclever Lopes em que solicita seja encaminhado ofício ao Procurador-Geral de Justiça, solicitando atuação dos Promotores titulares das Comarcas em que as Prefeituras Municipais concederam, sem licença, a folha de pagamento e, em especial, o monopólio de empréstimos consignados a instituição financeira; Carlin Moura em que solicita seja encaminhado ofício ao Procurador-Geral da República solicitando abertura de procedimento, com o objetivo de apurar a atuação do Banco do Brasil S.A. em Estados e Municípios e a possível afronta à Lei de Licitações e Contratos; e Sávio Souza Cruz em que solicita seja encaminhado ofício ao Governador do Estado, solicitando cópia integral do contrato celebrado entre o Estado e o Banco do Brasil S.A. relativo à folha de pagamento e aos empréstimos consignados dos servidores públicos estaduais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente - Délio Malheiros.

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/5/2010

Às 15h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a obter informações sobre o Programa Minas + Seguro no Estado; a seguir, interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Aline de Freitas Veloso, Analista de Agronegócios da Faemg e os Srs. Daniel de Paula Carneiro, Assessor Técnico da Superintendência de Economia Agrícola da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; José Carlos Campello de Castro, Coordenador da Subcâmara Técnica de Seguro Rural da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; João Augusto Guabiraba, Coordenador Estadual de Crédito Rural da Emater-MG; e o ex-Deputado Estadual Vanderlei Jangrossi, que são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais; logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam à apreciação do Plenário. A seguir, retira de pauta o Requerimento nº 6.014/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do Deputado Dilzon Melo e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2010.

Padre João, Presidente.

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 19/5/2010

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Ruy Muniz, Carlin Moura e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondências publicadas no "Diário do Legislativo", nas datas mencionadas entre parênteses: de Professores da Escola Estadual do Prata (6/5/2010), dos Srs. Antônio Gonçalves Maciel, Presidente da Associação dos Docentes da Unimontes; Daniel Ferreira Coelho, Presidente do DCE da Unimontes, e Milton Ricardo Silveira Brandão, Diretor do Sind-Saúde; do Sr. Ronaldo Gonçalves Marques, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima; e do Sr. Antonio Geraldo, Presidente da Câmara Municipal de Sobrália (7/5/2010). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.487 e 4.492/2010 em turno único (Deputado Ruy Muniz). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 179/2007; 4.025, 4.103, e 4.113/2009; 4.140, 4.296, 4.327, 4.367 com a Emenda nº 1, 4.371 e 4.403/2010, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.919, 5.941, 5.942, 5.943, 5.944, 5.945, 5.977, 5.981, 5.992 e 6.006/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.846, 3.848 e 3.965/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura em que solicita ao Procurador Valmir Peixoto Costa, Assessor Jurídico Chefe da Secretaria de Estado da Educação, cópia de minuta do convênio a ser celebrado entre aquela Secretaria e o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu com vistas à continuidade do Programa Nossa Horta, empreendido nas dependências da Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro; Gláucia Brandão em que solicita seja realizada reunião com convidados para discutir a importância educacional e social da Conspiração Metropolitana pela Educação Infantil; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para enaltecimento do Diretório da Faculdade de Direito do Sul de Minas, com sede no Município de Pouso Alegre, que completa 50 anos de fundação; Fahim Sawan em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a instalação de uma unidade da Uemg no Município de Uberaba; Carlos Pimenta em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a implantação da gestão plena da educação nos Municípios mineiros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente - Carlin Moura - Ana Maria Resende.

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 19/5/2010

Às 14h51min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Adalclever Lopes, Dilzon Melo e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Doutor Viana e Gustavo Corrêa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adalclever Lopes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a deliberar sobre proposições da Comissão e a apresentar o "Master Plan" do Aeroporto Indústria de Confinos, elaborado pela Consultoria Changai Airports International, além de esclarecer detalhes do Projeto Cidade-Aeroporto a ser implementado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, e comunica o recebimento de correspondência do Deputado Federal Milton Monti, Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, informando sobre a liberação de linhas de transporte interestadual de passageiros na região do Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira, conforme documento encaminhado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, Subsecretário de Assuntos Internacionais do Estado de Minas Gerais, que é convidado a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra ao convidado para que faça sua exposição. Registra-se a presença dos Deputados Fábio Avelar e Elmiro Nascimento. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Gustavo Corrêa retira-se da reunião. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.938, 5.960, 5.990 e 6.116/2010. O Deputado Doutor Viana retira-se da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja encaminhado ao Diretor do DER-MG e ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido para reiniciar as obras de pavimentação na rodovia que liga a BR-458 ao Município de Pingo D'água; Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir as obras do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente as obras referentes ao ramal Calafate - Barreiro; Djalma Diniz em que solicita sejam encaminhados ao Superintendente Regional do 6º DNIT-MG e ao Supervisor do DNIT - Unidade de Teófilo Otoni pedido de providências para instalar barreira eletrônica ou quebra-molas e para melhorar as sinalizações horizontais e verticais da BR-116, nas proximidades do Km 198, no Município de Carai, trecho onde se localiza a sede da empresa Minas Brasil Minérios Ltda.; ao Superintendente do DNIT pedido de providências para promover a execução de sinalização horizontal da BR-458, trecho do Município de Ipatinga até BR-116; ao Diretor-Geral do DER-MG pedidos de providências para restaurar a Rodovia MG que liga a BR-120 ao Município de Amparo do Serra, com extensão de 12km; para restaurar a Rodovia MG-445, a partir do entroncamento da BR-120 até o Município de Guaraciaba, com extensão de 18km, e para promover melhorias da estrada estadual não pavimentada MG-326 que liga os Municípios de Barra Longa a Ponte Nova, com extensão de 27km; Gustavo Valadares em que solicita reunião com convidados para obter informações sobre o projeto de revitalização do Anel Rodoviário; e que seja realizada visita da Comissão, com convidados, às obras de reforma do Estádio Joaquim Henrique Nogueira, "Arena do Jacaré", no Município de Sete Lagoas, e do Estádio Raimundo Sampaio, "Independência". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

João Leite, Presidente - Wander Borges - Padre João.

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 19/5/2010

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros e Ruy Muniz. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o Projeto de Recuperação de Peças Sacras da Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural e outras ações de salvaguarda dos bens culturais móveis e imóveis em risco no Estado, debater o tráfico de peças sacras e obras de arte, bem como avaliar o risco de espoliação e sinistros do patrimônio histórico. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ângela Dolabela Cãnfora, Gerente de Identificação da Diretoria de Proteção e Memória do Iepha, e os Srs. Rodrigo Moraes Fernandes, Delegado de Polícia Federal e Chefe da Delegacia de repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - Delemaph/SR/MG -, representando o Sr. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, Carlos Roberto Noronha, Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha -, representando o Sr. Washington Tadeu de Mello, Secretário de Estado de Cultura, e Marcos Paulo de Souza Miranda, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Délio Malheiros e Ruy Muniz, autores do

requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente.

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 24/5/2010

Às 10h15min, comparecem no Auditório da Casa da Cultura, na cidade de Rio Pardo de Minas, o Deputado Padre João (substituindo o Deputado Carlos Gomes, por indicação da Liderança do PT), membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Deputado Padre João assume a Presidência, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é por ele subscrita. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a regularização e a alienação de terras devolutas no Município e região. A seguir, comunica o recebimento do Ofício nº 64/2010, do Sr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários - CAO-CA -, em que justifica a ausência de representante da entidade na audiência pública e solicita seja-lhe enviada cópia das notas taquigráficas da referida reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rogério Correia, Delegado Regional do MDA em Minas Gerais; Rosário Dhon César Mota, Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário do Incra em Minas Gerais; Manoel da Silva Costa Júnior, Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária e Diretor-Geral em exercício do Iter-MG; Antônio Pinheiro da Cruz, Prefeito Municipal de Rio Pardo de Minas; Vereador José Maria Ferreira dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas; Alvimar Ribeiro dos Santos, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra - CPT -; Carlos Dayrell, Pesquisador, em Ciências Agrárias, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; Elizeu José de Oliveira, representante do Movimento de Articulação dos Sindicatos Organizados do Alto Rio Pardo; Elmy Pereira Soares, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas; Eduardo Nascimento, representante da Fetaemg, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, a seguir, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Dilzon Melo - Carlos Gomes.

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 26/5/2010

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a apuração de homicídios ocorridos nos Municípios de São José da Lapa e Vespasiano entre os anos de 2004 a 2009, supostamente cometidos por um grupo de extermínio e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ana Glaura Soares e Ruivo, Delegada da 3ª Regional de Polícia Civil de Vespasiano; o Ten.-Cel. PM Valter Braga, Subcorregedor da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o Cel. Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais; os Srs. André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado de Minas Gerais - CAO-Crimo; Elcides José Batista Guimarães, Chefe do 3º Departamento de Polícia Civil de Vespasiano; José Olegário de Oliveira, Delegado da 1ª Delegacia de Vespasiano; Luiz Felipe de Miranda Vheik, Promotor de Justiça; Daniel de Oliveira Malard, Promotor de Justiça; Cláudio dos Santos Braga, pai da vítima; e Felisberto Egg de Resende, advogado dos acusados, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Tenente Lúcio (2) em que solicitam seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a conduta funcional, bem como os processos judiciais, do Cabo PM Rodnei Balbino Leonardi, acusado de comandar um suposto grupo de extermínio com atuação no Município de São José da Lapa; seja realizada visita aos familiares das vítimas desse suposto grupo de extermínio com atuação no Município de São José da Lapa entre os anos de 2004 e 2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio.

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 26/5/2010

Às 10 horas, comparecem na Câmara Municipal de Ouro Branco os Deputados Durval Ângelo e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada, e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, problemas relacionados à Empresa Gerdau no Município de Ouro Branco. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Aparecida Junqueira Campos, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco; Nilma Aparecida da Silva, Chefe de Gabinete, representando o Prefeito Municipal de Ouro Branco, Pe. Rogério de Oliveira; e os Srs. Geraldo da Silva Filho, Presidente da Associação dos Compradores das Ações da Açominas; Rui Barbosa Santana da Silva, advogado da Associação dos Compradores das Ações da Açominas; Geraldo Araújo Silva, membro da Coordenação Nacional de Lutas - Conlutas -, Gilberto Antonio Gomes, Coordenador da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais; e Oraldo Soares Paiva, Diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

Durval Ângelo, Presidente - Délio Malheiros - Vanderlei Miranda.

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alencar da Silveira Jr., Eros Biondini e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir projetos de intervenções viárias no Município de Belo Horizonte, em vista da Copa do Mundo de 2014, e dá ciência de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", no dia 20/5/2010: ofícios da Sra. Mariana Abreu, Assessora do Deputado Federal Paulo Piau, e dos Srs. Luiz Alberto Albuquerque Souza, Chefe de Gabinete do Deputado Federal Aelton Freitas, e Júlio Delgado e Humberto Souto, Deputados Federais; do Sr. Valdir Cardoso Neves, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo; do Sr. Marcello Siqueira, Diretor de Administração e Finanças da Codemig. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rogério Carvalho Silva, Gerente de Coordenação da Mobilidade Urbana da BHTRANS, representando Maria Fernandes Caldas, Consultora Técnica Especializada da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas; Roger Gama Veloso, Diretor Operacional, e Maria Luisa Moncorvo, Diretora de Projetos, representando Fernando Antônio Costa Jannotti, Superintendente da Sudecap; Eder Sá Alves Campos, empreendedor público, representando Fernando Ladeira Fernandes, Gerente do Comitê Executivo da Copa de 2014; José Maria Afonso, proprietário da Lastro Editora; Marcelo Fernandes da Costa, Presidente do Instituto Mineiro de Engenharia Civil - Imec -; Odir Santos Júnior, Vice-Presidente do Instituto Nacional de Engenharia Civil, Diretor do Instituto Mineiro de Engenharia Civil e Presidente do Instituto Águas da Terra; Willian Pereira, Vereador do Município de Ibitité, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2010.

Alencar da Silveira Jr., Presidente.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 26/5/2010

Às 20h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Padre João, Sebastião Costa e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues, Weliton Prado, Eros Biondini e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.541, 4.546 e 4.560/2010 (Deputado Sebastião Costa); 4.553/2010 (Deputado Delvito Alves); 4.547 e 4.554/2010 (Deputado Gilberto Abramo); 4.539, 4.548 e 4.557/2010 (Deputado Padre João); 4.538, 4.544, 4.551, 4.552 e 4.556/2010 (Deputado Chico Uejo); 4.537, 4.542, 4.543, 4.550 e 4.555/2010 (Deputado Célio Moreira); 4.540, 4.545 e 4.549/2010 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.491/2010 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei Complementar nº 59/2010, no 1º turno, é baixado em diligência à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Defesa Social (relator: Deputado Sebastião Costa). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 60/2010 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Gilberto Abramo. Verificando a inexistência de quórum, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo - Sebastião Costa - Padre João - Célio Moreira.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 27/5/2010

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a instalação de empreendimento verticalizado na orla da lagoa central de Lagoa Santa e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa dos Rios das Velhas e Paraopeba, representando os Srs. Luciano Luz Badini Martins, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente - CAO-MA - e Marcos Paulo de Souza Miranda, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Estado de Minas Gerais; Frederico Binato, Procurador-Geral do Município de Lagoa Santa, representando o Sr. Rogério César de Matos Avelar, Prefeito Municipal de Lagoa Santa; José Quintino Marques, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Santa; a Sra. Vera Chacham, Diretora de Proteção e Memória do Iepha-MG, representando o Sr. Carlos Roberto Noronha, Presidente do Iepha-MG; o Sr. Luiz Antônio Cruz Souza, Diretor da Escola de Belas Artes da UFMG; a Sra. Patrícia Boson, liderança local; os Srs. Procópio de Castro, Presidente do Subcomitê de Bacias do Ribeirão da Mata; Ivson Rodrigues, Presidente do Conselho Consultivo da APA Carste de Lagoa Santa, e a Sra. Maria de Fátima Guimarães Gouvea, Diretora de Meio Ambiente do Circuito Turístico das Grutas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sávio Souza Cruz, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Carlos Gomes.

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 27/5/2010

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco, Dalmo Ribeiro Silva e Domingos Sávio (substituindo os dois últimos, respectivamente, os Deputados Zé Maia e Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Doutor Rinaldo Valério. Havendo número regimental, o

Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, e Júnia Cristina França Santos Egídio, Coordenadora-Geral de Convênios da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo (2); e dos Srs. Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF; Humberto Miranda Cardoso, Diretor de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura (3) (20/5/2010); Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional de Negócios da CEF (5); e das Sras. Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (2), e Vera Lúcia Gonçalves Vidigal Maciel, Diretora da Superintendência de Organização e Atendimento Educacional, da Secretaria de Educação (4), e do Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social (21/5/2010). A seguir comunica que está aberto até o dia 14/6/2010 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 4.576/2010. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.100 e 3.783/2009 (Deputado Antônio Júlio); 3.785 e 3.787/2009 (Deputado Adelmo Carneiro Leão); e 4.047/2010 (Deputado Zé Maia). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.857, 3.963 e 4.083/2009 e 4.135 e 4.136/2010 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010 (relator: Deputado Inácio Franco); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.783/2009 (relator: Deputado Antônio Júlio); 3.785/2009 (relator: Deputado Inácio Franco, em virtude de redistribuição); e 3.787/2009 (relator: Deputado Agostinho Patrus Filho, em virtude de redistribuição); e 4.047/2010 (relator: Deputado Zé Maia) com as Emendas nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião extraordinária de hoje, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Antônio Júlio - Inácio Franco - Lafayette de Andrada.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 31/5/2010

Às 10h15min, comparece no Auditório do Sesc-Senac de Teófilo Otôni, o Deputado Paulo Guedes, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Decreto nº 44.035, de 2005, que disciplina a autorização para prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas e altera o Decreto nº 32.656, de 14/3/91, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Beatriz Abib de Falco Marinelli, Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros Substituta, justificando a ausência da ANTT na reunião, tendo em vista que compete a essa instituição tão somente a regulamentação dos transportes fretados interestadual e internacional de passageiros, e do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, agradecendo o convite e informando a impossibilidade de comparecer à reunião, em virtude de compromissos assumidos anteriormente. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Vereador Renan Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otôni; Vereador João Bosco Jardim dos Santos, da Câmara Municipal de Teófilo Otôni; Sinval Nobre Handeri, Presidente do Sindicato do Comércio de Teófilo Otôni, representando o Diretor-Secretário da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais - Fecomércio -, Sr. Iesser Anis Lauar, Sr. Conrado Di Mambro Oliveira, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais - Fecomércio -, e Dizon Mota, Presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos da Região do Vale do Mucuri - Cooperauto -, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Presidente tece suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

Paulo Guedes, Presidente - Wander Borges - João Leite.

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 19/6/2010

Às 10h15min, comparece no Solar dos Montes, no Município de Santana dos Montes, o Deputado Alencar da Silveira Jr., membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as potencialidades turísticas do Município de Santana dos Montes e região, visando especialmente à Copa do Mundo de 2014. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Anamaria Vaz de Assis Medina, proprietária da Pousada Solar dos Montes e Presidente da Associação Amigos de Santana dos Montes; e os Srs. Nelson Ferreira de Faria, Prefeito Municipal de Santana dos Montes; Benedito Apolônio da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Santana dos Montes; José Geraldo Dutra, Secretário Municipal de Turismo e Presidente do Conselho Municipal de Turismo; José Maria Fernando Medina, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo; Robinson de Castro, Presidente do Circuito Turístico Vilas e Fazendas de Minas; e Pascoal Fausto Vale, Prefeito de Queluzito, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Presidente tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

Eros Biondini, Presidente - Fábio Avelar - Wander Borges.

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 2/6/2010

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda e Délio Malheiros (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as violações aos direitos humanos, ambientais e de moradia aos cidadãos de Lagoa Santa, decorrentes da construção de hotéis e pousadas nas bacias das lagoas e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Jô Moraes, Deputada Federal, agradecendo o envio das notas taquigráficas da reunião que tratou do Projeto de Lei nº 7.703/2006, que dispõe sobre o exercício da medicina; e dos Srs. Fernando Machado Furtado, residente em Tombos, encaminhando à Comissão pedido de providências para fiscalização da atividade da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, segundo informações, é cliente público do

Laboratório LabGene-Agrogenética, de Viçosa; Weliton Prado, Deputado Estadual, encaminhando cópia do boletim de ocorrência referente à denúncia apresentada durante audiência pública da Comissão realizada em 18/5/2010, que debateu as ameaças e perseguições sofridas pelos professores da rede estadual de ensino que lutam pela implementação do piso nacional de magistério de R\$ 1.312,00 no Estado; Desembargador Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça, 3ª Região, prestando informações em atenção ao Ofício nº 737/2010/SGM; André Chagas, do Movimento Gay de Alfenas e Região Sul de Minas, encaminhando, para tomada de providências, denúncia de agressão física, verbal, atos de homofobia supostamente cometidos por seguranças na festa Ibiza dentro de uma boate GLS; da Algo Mais Artes Gráficas de Porto Alegre, encaminhando quatro exemplares do "Informe 2010 - Anistia Internacional - O Estado dos Direitos Humanos no Mundo", e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Marlene Almeida, Chefe de Gabinete (substituta) do Ministro das Cidades; e dos Srs. Sérgio Penna, Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal; Júlio Delgado, Deputado Federal; Hélio Costa, Senador da República; Alexandre Silveira, Deputado Federal; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; Fabiano Torres Bastos, Coordenador de Política Prisional da Defensoria Pública; Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional; Luciano Losekann, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça; e Antônio Lima Bandeira, Presidente da Emater-MG (20/5/2010); da Sra. Mônica R. C. Rolla Toledo, Promotora de Justiça, e do Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Chefe do Estado-Maior da PMMG (21/5/2010); do Ten.-Cel. PM Ronaldo Resende dos Anjos, Comandante do 12º Batalhão de Polícia Militar (22/5/2010); Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (28/5/2010). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Íris Teixeira Silveira, representante do Movimento Preserve a Lagoa; Maria Elisa Castellanos Solá, arqueóloga, ecóloga e pesquisadora da região; Luci Rosa da Silva, Presidente da ONG Glav - Gruta Lapinha Viva; Vereadora Aline Aires de Souza, do Município de Lagoa Santa; e os Srs. Gustavo Corgosinho Alves de Meira, Defensor Público, representando Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais; William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; Procópio de Castro, Presidente do Subcomitê do Ribeirão da Mata e Mobilizador do Projeto Manuelzão; Joaquim Martins da Silva Filho, Procurador-Chefe da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -; Lancaster Fernandes dos Santos, Presidente do PV de Lagoa Santa; e Rogério Sepúlveda, Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas Velhas, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.525/2008 (relator: Deputado Vanderlei Miranda). Registra-se a presença da Deputada Gláucia Brandão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os relatórios das visitas ao Presídio de Caratinga e à Apae de Inhapim, realizadas no dia 14/5/2010, a seguir: "Relatório de Visita - Comissão de Direitos Humanos - Local visitado: Apae de Inhapim - Apresentação: Em 14/5/2010, às 11 horas, a Comissão de Direitos Humanos esteve presente na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Inhapim. Nessa visita, foi representada por seu Presidente, Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que a propiciou. O propósito foi averiguar a situação dessa instituição, em especial as denúncias de que haveria risco de se encerrarem suas atividades por falta de recursos, configurando violação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. No mesmo dia, às 9 horas, houve audiência pública da Comissão na Câmara Municipal de Inhapim, igualmente requerida pelo Deputado Durval Ângelo, visando a debater os mesmos assuntos que motivaram a visita e ainda a denúncia de que a Prefeitura Municipal não estaria repassando à Apae os recursos orçamentários legalmente devidos. Além do Presidente da Comissão, acompanharam a visita as seguintes autoridades: Denise Chagas e Nádia de Oliveira Rocha, Vereadoras; João Batista Marques, Vice-Prefeito de Inhapim; Marli Barbosa de Castro, Diretora da Apae; Pedro Euzébio Sobrinho, ex- Prefeito de Dom Cavati. Relato: A Comissão entrou na Apae de Inhapim, situada na Rua Padre Vigilato, 144, em companhia da Diretora, Marli Barbosa de Castro, que a recebeu adequadamente, prestando-lhe as informações e entregando-lhe os documentos solicitados. Ato contínuo, passou a inspecionar a instituição, cujas instalações lhe foram totalmente franqueadas, bem como à equipe de jornalistas, técnicos de vídeo e consultores da ALMG. Essa unidade da Apae foi criada em 5/6/97. Sua sede própria foi inaugurada em 7/4/2001: um prédio de 3 pavimentos, amplo e com bom acabamento. A Lei nº 13.497, de 5/4/2000, declarou-a de utilidade pública, bem antes que a Lei nº 18.509, de 6/11/2009, estendesse tal declaração a todas as unidades da Apae no Estado. Sua atual Diretoria Executiva, com oito membros, é presidida por José Marques de Andrade, que não acompanhou a visita, como também não participou da audiência na Câmara Municipal, realizada duas horas antes. Além dos Diretores Executivos, a Apae tem dois Autodefensores, seis Conselheiras de Administração, nove Conselheiras Fiscais e um Procurador-Geral. As fontes de recursos que custeiam suas atividades, serviços e projetos têm origem diversificada: própria (prestação de serviços, bem como mensalidades e doações de membros ou associados), privada (doações e parcerias com empresas e outras entidades privadas, além de doações eventuais), pública (subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicos) e internacional (entidades e organizações privadas ou entes públicos, como países estrangeiros, ONU e outros). A instituição mantém parcerias com o Ministério Público, a Prefeitura Municipal, a Sedese e o Banco do Brasil. Também recebe aportes do SUS e do Fundeb. Os recursos beneficiaram, em 2009, 182 usuários. Para 2010, há previsão de 162, diminuição derivada da inserção de alguns educandos na rede regular de ensino. As crianças e adolescentes atendidos são provenientes de famílias pobres dos Municípios de Inhapim e Dom Cavati, com renda "per capita" inferior a meio salário mínimo. Segundo seu Plano de Ação 2010, a Apae de Inhapim adota como missão "promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria de qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária". Nessa perspectiva, baseia-se nas diretrizes norteadoras do movimento apaeano. Para realizar suas ações, mantém na folha de pagamento 1 diretora, 1 secretária, 1 supervisora, 16 professores, 2 fisioterapeutas, 1 psicóloga, 1 fonoaudióloga, 1 assistente social, 1 terapeuta ocupacional, 1 dentista, 1 neurologista, 3 funcionários para serviços gerais, 7 estagiários, 1 motorista e 1 motobó. Ao percorrer as dependências da instituição e conversar com seus usuários, a Comissão constatou a boa qualidade do serviço prestado pelos profissionais e recebeu informações sobre a metodologia e as atividades realizadas. A seguir, foi-lhe apresentada uma exposição diversificada de bens artesanais produzidos pelos usuários, que expressam motivação, empenho e sensibilidade. Um desses trabalhos merece especial menção: o aluno Gustavo, com 18 anos e cegueira total desde tenra idade, dedica-se a compor esculturas em argila com bustos humanos de proporções anatômicas adequadas e notável detalhamento formal, inclusive nos olhos. A professora informou que a técnica do educando incorporava toques em seu próprio corpo. No caso de peças com motivo feminino, orientava-se pelas instruções verbais de outras pessoas, associando, pois, a audição ao tato. Conclusão: 1) Diagnóstico - As denúncias que motivaram a audiência e a visita se confirmaram, uma vez que a Apae de Inhapim teve suas verbas cortadas pela metade. Estava sem receber recursos desde janeiro, fato ainda mais grave quando se considera que parte dos fundos embutidos no repasse geral da Prefeitura é carimbada, como os provenientes do Fundeb (merenda escolar e transporte) e do SUS (pagamento por procedimentos efetuados). Caso tal situação não seja revertida, poderá acarretar o encerramento das atividades da instituição. Alguns servidores já haviam sido exonerados. Na audiência pública, o Secretário Municipal de Administração, que representou o Prefeito, alegou que a suspensão de suas obrigações na parceria derivava de dificuldades provocadas por atrofia nos repasses federais ao Município em conjuntura de crise econômica e também de irregularidades na prestação de contas da Apae. Diante da repercussão do ocorrido e da presença significativa de cidadãos na audiência pública, o representante do Executivo Municipal comprometeu-se a resolver o problema a partir de junho. Por sua vez, o representante da Gerência-Geral de Saúde de Coronel Fabriciano, também presente, anunciou que, tendo-se em vista revisão de métodos na Secretaria de Estado de Saúde, os contratos com a Apae de Inhapim seriam renovados e o Município ficaria obrigado a repassá-los, o que significaria um aporte entre 22 e 25 mil reais proveniente do SUS. 2) Providências - Diante do quadro verificado, foram considerados suficientes os seguintes ofícios, requeridos na audiência pública realizada pela manhã: a) a Grimaldo de Oliveira Bicalho, Prefeito Municipal de Inhapim, encaminhando-lhe as notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária desta Comissão e solicitando-lhe a providência de repassar à Apae de Inhapim os recursos relativos a merenda escolar e subvenção municipal; b) a Bruno Schiavo Cruz, Promotor de Justiça da Comarca de Inhapim, encaminhando-lhe as notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária desta Comissão e solicitando-lhe a providência de fiscalizar o repasse à Apae de Inhapim dos recursos relativos a merenda escolar e subvenção municipal; c) a Geraldo Vieira de Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Inhapim, encaminhando-lhe as notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária desta Comissão e solicitando-lhe a providência de fiscalizar o repasse à Apae de Inhapim dos recursos relativos a merenda escolar e subvenção municipal; d) à Gerência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, encaminhando-lhe as notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária desta Comissão e manifestando-lhe aplauso pelo retorno dos pagamentos do SUS à Apae de Inhapim. Sala das Comissões, 2 de junho de 2010. Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos". "Relatório de Visita - Comissão de Direitos Humanos. Local visitado: Presídio de Caratinga. Apresentação: Em 14/5/2010, às 14 horas, a Comissão de Direitos Humanos visitou o Presídio de Caratinga. Foi representada por seu Presidente, Deputado Durval Ângelo, também autor do requerimento que propiciou a visita, que teve como propósito averiguar a situação dessa unidade prisional, avaliar as condições em que ali se encontram os detentos e recolher informações sobre supostas violações aos direitos humanos, incluindo práticas de abuso de autoridade, espancamentos e tortura. Acompanharam a visita Giovani Martins Gouveia, Diretor-Geral interino, e Nilton Rodrigues Júnior, Diretor de Segurança, além de Agentes Penitenciários lotados na unidade. Relato: 1) A situação do presídio - A Comissão entrou no presídio acompanhada pelo Diretor-Geral interino, no cargo desde janeiro deste ano, que a recebeu adequadamente, prestando-lhe

as informações solicitadas. Ato contínuo, passou a inspecionar o estabelecimento, que lhe foi franqueado, bem como à equipe da ALMG. O complexo, inaugurado em 18/6/2008, após desativação da antiga cadeia pública, situa-se em área de 20.000m² e possui boas instalações físicas. No que diz respeito à segurança, o terreno externo deixa a desejar, pois é montanhoso: oferece pouca visibilidade e exige controle especial, uma vez que os morros próximos configuram pontos vulneráveis. As instalações foram projetadas para acolher 198 detentos. Todavia, a população carcerária é de 308 pessoas: 133 no bloco A, 158 no bloco B e 10 no bloco feminino, além de 7 adolescentes. Há, pois, excesso de 110 presos, configurando superlotação carcerária de quase 56%, com significativo número de presos provisórios. Há 64 Agentes Penitenciários, sendo que apenas 21 são efetivos. O Diretor-Geral interino entregou a esta Comissão um CD com arquivos de informações relativas a campanhas no setor de enfermagem (imunização contra H1N1, palestra sobre tuberculose e controle de HIV-DST), campeonato de futebol, visita de autoridades judiciais, programas educativos, treinamento de Agentes Penitenciários e banco de dados. À distância de 500m estão sendo concluídas as instalações da Apac, com inauguração prevista para meados do ano. 2) Denúncias e indícios anteriores - As primeiras denúncias sobre violações de direitos no Presídio de Caratinga foram encaminhadas por advogados de internos e um Agente Penitenciário. O "site" da ALMG as noticiou em 6/5/2010 como "tortura e abuso", motivando a visita desta Comissão para "ouvir presos, funcionários e a direção do estabelecimento". Concomitantemente, essa unidade prisional já estava sendo alvo de uma investigação interna cujo relatório, tendo como responsável Carlos Teixeira de Siqueira, foi concluído em 10/5/2010. Por fim, dois documentos (Anexos 1 e 2), assinados em 20/4/2010 pelo Juiz de Direito Cláudio Alves de Souza, da Comarca de Caratinga, traziam à luz o Processo nº 0134.10.005025-8: um requistava que o detento Rosilei Pereira de Souza participasse de audiência preliminar como "vítima"; outro requistava que os Agentes Penitenciários Jualerte Alves Mageste, Leandro David Silva e Nilton Rodrigues Júnior comparecessem à audiência preliminar como "autores do fato". 3) O contato com os internos - A Comissão percorreu as celas e conversou com vários presos. Como alguns manifestaram constrangimento em face da proximidade de Agentes Penitenciários, tornou-se necessário determinar que estes se afastassem. Dezenas de voluntários se apresentaram para depor. Foi providenciada sala reservada para que esta Comissão pudesse colher depoimentos individuais, com registro em vídeo e áudio, para posterior transcrição integral. Esse material está sob guarda da ALMG, à disposição das autoridades para fins legais. Ao todo, foram ouvidas, uma a uma e a portas fechadas, 27 pessoas: Nilton Rodrigues Júnior, Diretor de Segurança, Camilo Freitas Resende, Agente Penitenciário efetivo que exercia a função de Coordenador de Segurança, e 25 internos. O número poderia ter sido maior, mas acabou sendo limitado pelo retorno da Comissão a Belo Horizonte, que estava programado para o fim da tarde. Além de outros que fizeram declarações informais, 24 presos foram ouvidos na seguinte ordem: Rosilei Pereira Alves, Alexandre Alves do Carmo, Rafael Cristiano da Silva, Leandro Batista do Nascimento, Gilson Jerônimo Matias, Paulo César Pereira, Alugiano Teodoro da Silva, Silvano Soares de Lima, Gildásio dos Santos Alves, Hernane Laurindo de Oliveira, Fabiano Firmino de Melo, Gereildo de Oliveira Dutra, Nilson Agostinho, Joel Cassimiro da Silva, Jean Carlos Rodrigues Rosa, Ediones da Silva Araújo, Gleison Marques Roque, Jonatas Borges Ferreira, Mauro Alves, Bruno Toledo da Silva, Renato Nascimento Rodrigues, Rodolfo Ferreira de Araújo, Jeferson Batista de Souza e Kleber de Assis. 4) Depoimentos colhidos - Salvo alguns casos processuais e outros que versavam sobre situações e demandas individuais, os depoimentos dos presos foram compatíveis entre si e reiteraram as seguintes denúncias sobre ocorrências sofridas ou testemunhadas: a) comida de baixa qualidade; b) visitas submetidas a tratamento humilhante; c) falta de assistência jurídica; d) pouco sabão para higiene corporal; e) medicamentos insuficientes; f) redução de água a dois fornecimentos por dia; g) anteparo no corredor, que prejudica a passagem de ar e abafa a respiração de internos em duas celas; h) detentos obrigados, sob pena de punição, a lavar embalagens de alumínio usadas nas refeições (marmitex), para serem vendidas pelo Diretor de Segurança; i) Diretor de Segurança residia sem autorização em casa no terreno do presídio, que teria sido reformada com trabalho informal de presos e utilizando em parte material da Apac; j) envolvimento pessoal e direto, como mandantes, organizadores e praticantes, de Nilton Rodrigues Júnior, Diretor de Segurança, e de Camilo Freitas Resende, Coordenador de Segurança, em atos constantes de violação a direitos humanos de presos naquela unidade, incluindo prática recorrente de agressões, uso de "spray" de pimenta sob qualquer pretexto, tiros com balas de borracha, espancamentos e torturas, frequentemente acompanhados de Agentes Penitenciários com toucas "ninjas" cobrindo seus rostos; k) foram citados como participantes nesses atos os seguintes Agentes Penitenciários: Barbosa, Batista, Fontes, Furtado, Hércules, Ivan, Juarez, Leandro, Lopes, Mageste, Neto, Oliveira, Sabino, Sebastião, Souza (de estatura baixa e pele branca) e Willian; l) o Diretor de Segurança quebrou o pé ou o dedo ao chutar a cabeça do interno conhecido como Cará; m) durante espancamentos, para abafar ruídos e gritos, o Diretor de Segurança manda ligar o som em alto volume com hinos religiosos, principalmente das cantoras Aline Barros e Cassiana; n) dois presos apresentaram danos no aparelho auditivo e cicatrizes como demonstração de violências sofridas; o) após as denúncias, houve melhoria no tratamento. 5) Alegações de denunciados - O Coordenador de Segurança, Camilo Freitas de Resende, negou peremptoriamente todos os fatos relatados pelos detentos, alegando que sempre agiu dentro da lei e das normas. Sobre a origem das denúncias, responsabilizou os presos, que estariam envolvidos em tumultos e dando informações falsas, e um colega de trabalho, que estaria ambicionando ocupar sua função atual. O Diretor de Segurança também negou tudo, responsabilizando uma conspiração de internos em reação à disciplina implantada e visando a alijá-lo da função em prol de suposto retorno do presídio à administração da Polícia Civil. Disse ainda que havia passado anteriormente por três unidades sem ter ouvido reclamações e que seu pé teria sido fraturado em acidente de moto. No que se refere a morar em casa do presídio, afirmou ter autorização oficial (Anexo 3), mas o documento entregue à Comissão foi liberado pela Suapi só em 23 de abril, data posterior às primeiras denúncias. Sobre uso de materiais da Apac, informou que se trataria de apenas dois sacos de cimento, que teriam sido devolvidos. Quanto ao caso dos "marmitex", apresentou contabilidade sobre venda e arrecadação (Anexo 4), mas também com data recente: 6/5/2010. Ademais, declarando-se presbiteriano, alegou que os hinos seriam decorrentes de pedidos dos presos. Por fim, mostrou declarações de sentenciados, que comprovariam suas versões (Anexos 5 e 6). Conclusão: 1) Diagnóstico: o presídio possui boas instalações físicas, mas a área externa oferece pouca visibilidade e exige controle especial. Há superlotação, com significativo número de presos provisórios. As denúncias anteriores e os depoimentos colhidos exigem investigação para apurar deficiências no funcionamento da unidade prisional e violações dos direitos humanos, com as providências adequadas aos casos. A ausência de advogados e de Agentes Penitenciários na reunião desta Comissão em 19/5/2010, especialmente de Sérgio Luiz Ferreira dos Santos, que alegou estar sofrendo ameaças de morte, como noticiou o "site" da ALMG em 25/5/2010, torna ainda mais urgente a ação da Seds e da Suapi. 2) Encaminhamentos: diante do quadro verificado, o Deputado Durval Ângelo propôs o envio de ofícios: a) ao Corregedor do Sistema Penitenciário, encaminhando as transcrições dos depoimentos registrados e solicitando as seguintes providências: averiguar as denúncias de participação do Diretor de Segurança, do Coordenador de Segurança e dos citados Agentes Penitenciários em atos de violação dos direitos humanos contra presos nessa unidade, incluindo a prática recorrente de agressões, uso de "spray" de pimenta, espancamentos e torturas; averiguar as denúncias de má qualidade na alimentação, sabão insuficiente para higiene corporal, falta de medicamentos, redução de água a dois fornecimentos por dia, colocação de anteparo diante das celas em prejuízo da respiração dos internos e obrigatoriedade de lavar embalagens descartáveis de refeições sob pena de punições; determinar a realização de exame de corpo de delito no preso Fabiano Firmino de Melo, que denunciou danos no aparelho auditivo motivados por agressão e espancamento; averiguar denúncia de retenção indevida de carta enviada pela esposa ao preso Gildásio dos Santos Alves; b) ao Subsecretário de Administração Prisional, encaminhando as transcrições dos depoimentos colhidos na visita e solicitando: informações sobre o relatório da investigação interna no Presídio de Caratinga, com data de 10/5/2010 e assinatura de Carlos Teixeira de Siqueira; transferência do preso Bruno Toledo da Silva para a unidade de Ubá, onde se processa a execução de sua pena; transferência do preso Gildásio dos Santos para a unidade mais próxima possível de Ipatinga, para facilitar a visita de familiares; realização de exame de corpo de delito no preso Fabiano Firmino de Melo, que denunciou danos no aparelho auditivo motivados por agressão e espancamento; c) à Defensoria Pública de Minas Gerais na Comarca de Caratinga, solicitando que se analise a situação dos seguintes internos no presídio local: Alexandre Alves do Carmo, que reclamou de sua situação prisional, e Paulo César Pereira - Infopen 62.430 -, que alegou já ter concluído sua pena; d) ao Juiz da Comarca de Caratinga, solicitando a providência de ouvir Mauro Alves, interno no presídio local, e encaminhar medidas adequadas à agilização de seu processo; e) ao Juiz e ao Promotor de Justiça da Comarca de Caratinga, solicitando a providência de manterem afastados os Agentes Penitenciários enquanto colhem depoimentos de internos durante suas inspeções no Presídio de Caratinga, para assim evitarem constrangimentos aos interessados em fazer denúncias. Sala das Comissões, 2 de junho de 2010. Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos". Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (27) em que solicita seja realizado fórum técnico, para promover debate sobre a tortura e encontrar novos meios de combatê-la como prática criminosa e violação dos direitos fundamentais; seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e a Comissão de Segurança Pública, para tratar em assuntos referentes à visita ao presídio de São Sebastião do Paraíso e a possível tortura praticada em Monte Santo de Minas; seja realizada reunião de audiência pública, para discutir, em audiência pública, as violações de direitos humanos contra as professoras Simone Mazzoli Reis e Adriana Fonseca de Castro, da Escola Municipal Mestre Paranhos, que teriam sido vítimas de arbitrariedades administrativas disciplinares por parte da Corregedoria-Geral do Município de Belo Horizonte; seja encaminhado ao Corregedor da Polícia Militar e ao Ministério Público Militar em Minas Gerais pedidos de providências, com cópia das notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em Ouro Branco, no dia 26/5/2010, para apurar denúncias contra o Sgt. Salvador e o Ten. Milano, lotados na 65ª Companhia da PMMG, que se teriam negado a registrar, durante depoimento sob sua responsabilidade, relato de vítimas e testemunhas acerca de coação praticada pelo Sgt. Pedro Paulo Cunha; para anular os depoimentos já colhidos, por possível comprometimento; para colher novos depoimentos das vítimas e testemunhas, com registro integral das declarações prestadas; e para garantir oitiva da Dra. Fabiana Leite Rangel, médica plantonista do Hospital Raimundo Campos, que atendeu o cidadão Aprígio Pinto Filho em 4/10/2009, sobre o comportamento do Sgt. Pedro Paulo Cunha; seja encaminhado ao

Promotor de Justiça da Comarca de Ouro Branco pedido de providências, com cópia das notas taquigráficas, para garantir o depoimento da Dra. Fabiana Leite Rangel, médica plantonista do Hospital Raimundo Campos, que atendeu o cidadão Aprígio Pinto Filho em 4/10/2009 sobre o comportamento do Sgt. Pedro Paulo Cunha; seja encaminhado ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da 119ª Subseção da OAB-MG, em Ouro Branco, pedidos de providências com cópia das notas taquigráficas para acompanhar a representação de Aprígio Pinto Filho e Antônio Arielton Moura da Silva contra os policiais militares Sgt. Pedro Paulo Cunha, Sd. Rodrigo Fonseca, Cb. Paulo Henrique Alves e Sd. Juliano Ornelas, por abuso de autoridade, lesão corporal, constrangimento ilegal e exercício arbitrário das próprias razões; seja encaminhado ao Cap. Cláudio Silva da Costa, Comandante da 65ª Companhia da PMMG, pedido de providências com cópia das notas taquigráficas, para remetê-las aos responsáveis pelo IPM que apura denúncias sobre a conduta dos policiais militares Sgt. Pedro Paulo Cunha, Sd. Rodrigo Fonseca, Cb. Paulo Henrique Alves e Sd. Juliano Ornelas; seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado pedido de providências com cópias das notas taquigráficas e do documento anexo, de autoria da 119ª Subseção da OAB-MG, de Ouro Branco, para instalar a 2ª Vara na Comarca de Ouro Branco; e para agendar reunião entre o Presidente do Tribunal de Justiça e esta Comissão, com a participação da referida Subseção, do Juiz, do Promotor de Justiça e do Defensor Público de Ouro Branco, assim como dos Deputados votados nessa Comarca; seja encaminhado ao Defensor Público-Geral do Estado pedido de providências com cópia das notas taquigráficas, para designar o segundo Defensor Público do Estado na Comarca de Ouro Branco; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de providências com cópia dessas notas taquigráficas, para avaliar a possibilidade de aumentar o efetivo da Polícia Militar em Ouro Branco; seja encaminhado ofício ao Presidente desta Casa solicitando que autorize a reprodução, pela Gerência de Suporte Logístico, da coletânea de peças do processo de indenização aos herdeiros dos antigos proprietários das terras desapropriadas, em 1941, para a implantação da Cidade Industrial; sejam encaminhadas ao Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, à Desembargadora do Tribunal de Justiça Heloísa Helena de Ruiz Combat, ao Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça e ao Defensor Público-Geral do Estado, cópias da coletânea de peças do referido processo de indenização, para conhecimento; sejam encaminhadas à Corte Interamericana de Direitos Humanos, à Desembargadora do Tribunal de Justiça Heloísa Helena de Ruiz Combat, ao Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça e ao Defensor Público-Geral do Estado cópias das notas taquigráficas da 1ª Reunião Especial, realizada em 24/5/2010, para conhecimento; sejam encaminhados ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça cópia das notas taquigráficas da 1ª Reunião Especial e ofício solicitando a realização de reunião com representantes da Comissão de Direitos Humanos desta Casa e das famílias dos antigos proprietários das terras desapropriadas com vistas à implantação da Cidade Industrial e para discutir o litígio em questão; sejam encaminhados ao Governador do Estado cópia das notas taquigráficas da 1ª Reunião Especial e ofício solicitando a realização de reunião com representantes da Comissão de Direitos Humanos desta Casa e das famílias dos antigos proprietários das terras desapropriadas para a implantação da Cidade Industrial e para discutir o litígio em questão e reiterando a solicitação para que se estude a possibilidade de apresentar um projeto de lei com vistas a proceder ao pagamento da indenização aos herdeiros; seja realizada reunião de audiência pública para discutir a questão dos direitos humanos relacionada com a utilização de armamento não letal pelo Sistema de Segurança Pública do Estado; seja realizada reunião de audiência pública para debater o tema "20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, seus avanços e desafios"; seja realizada reunião de audiência pública para debater as denúncias de atuação de grupo de extermínio no Município de São José da Lapa e violações dos direitos humanos da sociedade local; sejam realizadas visitas às Apacs de Itaúna, Nova Lima e Santa Luzia; seja encaminhada ao Promotor de Justiça da Comarca de Inhapim, Dr. Bruno Schiavo Cruz, cópia do relatório da visita realizada à Apae desse Município; seja encaminhada ao Corregedor do Sistema Penitenciário, ao Juiz de Direito, ao Promotor de Justiça e à Defensoria Pública do Estado na Comarca de Caratinga cópia do relatório da visita realizada ao Presídio desse Município; sejam encaminhados à Presidência da Feam cópias das notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária e da 12ª Reunião Ordinária, realizadas em 15/3/2010 e 2/6/2010, respectivamente, e pedido de providências para a elaboração de estudos dos impactos ambientais que serão causados em consequência da Lei nº 2.942, de 30/12/2009, do Município de Lagoa Santa; sejam encaminhados ao Promotor de Justiça do Estado na Comarca de Lagoa Santa cópia das notas taquigráficas da 12ª Reunião Ordinária e pedido de providências para abertura de inquérito civil público contra o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Santa, pela forma de tramitação dos projetos de zoneamento do solo, especialmente da Lei Municipal nº 2.942, de 2009; sejam encaminhados à Procuradoria da República em Minas Gerais cópias das notas taquigráficas das reuniões realizadas nos dias 15/3 e 2/6/2010 e pedido de providências com vistas à abertura de inquérito para apuração dos danos ambientais causados pela Lei Municipal nº 2.942, de 2009, que permitia a verticalização na região cárstica do Município de Lagoa Santa; sejam encaminhados ao Delegado Afrânio Lúcio Vasconcelos, da Delegacia Especial de Meio Ambiente, cópias das notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para apuração de possíveis crimes contra o meio ambiente e patrimônio histórico de Lagoa Santa, praticados pelo Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Santa, pelo Prefeito Municipal e por todos os empreendedores beneficiados pela referida lei; sejam encaminhados ao Promotor de Justiça do Estado na Comarca de Lagoa Santa cópia das referidas notas taquigráficas e pedido de providências para avaliar a abertura de inquérito civil público contra os Vereadores do Município de Lagoa Santa, que podem ter violado leis e incorrido em improbidade ao permitirem a verticalização na bacia das lagoas locais, em desacordo com o tombamento e as normas ambientais; sejam encaminhados ao CAO-Meio Ambiente, ao CAO-Urbanístico e de Moradia e ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico cópias das notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para deter a violação ao meio ambiente e ao patrimônio histórico na bacia das lagoas de Lagoa Santa, com a tentativa de verticalização; Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a prática do "bullying" nas escolas; Durval Ângelo e Vanderlei Miranda, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, com os convidados que menciona, para discutir denúncia de irregularidades na venda e aquisição de ações durante o processo de privatização da Açominas, com prejuízos para os empregados, os interesses de Minas e a economia nacional; Weliton Prado (6), em que solicita sejam encaminhados ao Secretário-Geral do Itamaraty, ao Ministro da Justiça, ao Ministro das Relações Exteriores, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional pedidos de providências para que se estabeleçam entre os Estados Unidos da América e o Brasil acordo de extradição em favor da brasileira Raquel Maria Rabelo e de sua família, que vêm sofrendo ameaças e humilhações nos Estados Unidos, por parte da Imigração Americana, e ao Juiz Brock Hornby a análise com vistas à autorização da extradição da referida cidadã. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 2/6/2010

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, declara-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o cumprimento pelos entes públicos da Lei Complementar Federal nº 131/2009, que determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulguem em tempo real informações sobre a execução financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Sebastião Helvécio, Conselheiro do TCEMG -, representando o Sr. Wanderley Geraldo de Ávila, Presidente desse Tribunal; e Alexandre Bossi Queiroz, Conselheiro Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Walter Roosevelt Coutinho, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2010.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Antônio Júlio - Inácio Franco - Lafayette de Andrada.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/6/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008. (Urgência.) A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona, e dá nova redação à Ordem 126, de seu anexo. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fapemig a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira e opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.615/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 309/2007, do Deputado Célio Moreira, que disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Grama. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.783/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.787/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.350/2010, do Deputado Sebastião Costa, que dispõe sobre ensino profissionalizante. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.004/2009, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.422/2010, do Deputado Padre João; 4.427/2010, do Deputado José Henrique; 4.458/2010, do Deputado Tenente Lúcio.

Requerimentos nºs 6.197/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 6.252/2010, do Deputado Leonardo Moreira.

Finalidade: debater a Lei Federal nº 9.797, de 6/5/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS - nos casos de mutilação decorrentes de tratamento do câncer, bem como a importância de sua divulgação, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.413 e 4.256/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública com convidados, com a finalidade de debater a situação da Escola Família Agrícola Bontempo, no Município de Itaobim, mantida pela Associação Escola Família Agrícola do Médio e Baixo Jequitinhonha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.249/2010, do Deputado Ruy Muniz; 6.258/2010, do Deputado Neider Moreira; 6.260/2010, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.775/2009, do Deputado Padre João; 4.261/2010, do Deputado Delvito Alves; 4.419/2010, do Deputado

Padre João; 4.430/2010, do Deputado Dilzon Melo; 4.433/2010, do Deputado Wander Borges; e 4.480/2010, do Deputado Domingos Sávio.

Requerimentos nºs 6.237/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; e 6.264; 6.265; 6.266/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.460/2010, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.241/2010, do Deputado Doutor Viana; e 6.262/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 9/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.056/2009, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.428/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.429/2010, 4.476 a 4.478/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e 4.436/2010, do Deputado Eros Biondini; Requerimentos nºs 6.210/2010, do Deputado Inácio Franco, e 6.213/2010, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 9/6/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica; 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e 4.615/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 309/2007, do Deputado Célio Moreira, que disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona; 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona, e dá nova redação à Ordem 126, de seu anexo; 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica; 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica; 3.783/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.785/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva,

que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.787/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001; 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica; 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica; 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008; 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica; 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica; 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica; 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fapemig a alienar os imóveis que especifica; 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica; 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências; 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica; 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica; 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/ 2007; 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica; 4.350/2010, do Deputado Sebastião Costa, que dispõe sobre ensino profissionalizante; e 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de junho de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Dimas Fabiano, Gilberto Abramo e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/6/2010, às 14h20min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2010.

Braulio Braz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/6/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.708/2009, do Deputado Sargento Rodrigues, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 6.114/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 6.121 e 6.263/2010, da Comissão de Direitos Humanos, e 6.230 e 6.231/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2010.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Carlos Gomes, Chico Uejo e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2010, às 10 horas, na Câmara Municipal de Campo do Meio, na Rua José Miguel Vilela, 256, com a finalidade de se debaterem os problemas relacionados com o processo de falência da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo - Capia -, localizada no referido Município.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 7/6/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Cristina da Silva Sousa do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda, Vice-líder do Bloco PT/PMDB/PCdoB;

nomeando Edson Flávio Campos Francisquini para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda, Vice-líder do Bloco PT/PMDB/PCdoB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 35/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 22/6/2010, às 10 horas, pregoão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de poltronas giratórias.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, BH - MG, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 8 de junho de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tipec - Assessoria e Treinamento em Tecnologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de consultoria visando a validação de dois modelos multicritério previamente definidos; e de condução de oficina para priorização de projetos finalísticos e organizacionais no âmbito da elaboração de projeto estratégico da Assembleia Legislativa pela empresa Macroplan. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1. Vigência: 15 dias a partir da assinatura. Licitação: inexigível nos termos do art. 25, III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Termo de Descredenciamento

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Odontológica Medeiros Veiga S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e aos respectivos dependentes. Objeto deste aditamento: Distrato do Termo de Credenciamento CTO 78/2005 Vigência: a partir da data da assinatura.

Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Dental Care Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados, ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.